



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 4214/2006

Autoriza a Concessão do Direito Real de Uso de terreno do Município, com área de 187,00 m² (cento e oitenta e sete metros quadrados), para o Senhor ANTONIO GOULART DA SILVA com a finalidade de construção de sua moradia e dá outras providências.

JORGE VALDENI MARTINS, Prefeito Municipal de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso de um terreno com área de 187,00 m² (cento e oitenta e sete metros quadrados) para a Senhor ANTONIO GOULART DA SILVA, com a finalidade de construção de sua moradia.

Parágrafo Único – O terreno objeto da concessão prevista no caput possui a seguinte descrição: Terreno número 52-A-4, com a área superficial de cento e oitenta e sete metros quadrados (187,00m²), localizado à rua Adalberto Cony (projetada), distando quarenta e nove metros e cinquenta centímetros da rua Pinheiro Machado, lado par, no quarteirão formado pelas ruas Pinheiro Machado, Visconde do Rio Branco, Adalberto Cony e 14 de Julho, com as seguintes medidas e confrontações: ao **Norte**, na extensão de onze metros (11,00), com a rua Adalberto Cony (projetada), ao **Sul** na extensão de onze metros (11,00), com terreno pertencente a Delmar Rumpel Keller; ao **Leste**, na extensão de dezessete metros (17,00), com terreno nº52-A-3, pertencente ao município; e a **Oeste**, na extensão de dezessete metros (17,00), com terreno nº52-A-5, pertencente ao município. Registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta cidade, matrícula sob nº 009.477 Livro 2-RG.

Art. 2º - A Concessão do Direito Real de Uso do terreno descrito nos artigos anteriores será revertida ao Município, bem como todas as benfeitorias ali realizadas, caso lhe sejam dadas destinações diferentes ao previsto nesta Lei, ficando ciente o interessado que o bem em pauta é intransferível, inalienável e não negociável, tendo como prazo de (02) dois anos, para realizar a construção de sua moradia, a partir da publicação desta Lei.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL, EM 04 DE ABRIL DE 2006.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM DATA SUPRA.

JORGE VALDENI MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL

MARLEI DE MELLO RUMPEL
SEC. MUNIC.ADMINISTRAÇÃO

Certifico que a presente lei foi afixada no quadro de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL

Avisos e publicações em 04/04/2006.Livro 27.